



O SINCRETISMO DO MORFEMA *-r* EM LATIM: AUSÊNCIA DE CASO E INCORPORAÇÃO PÓS-SINTÁTICA

THE SYNCRETISM OF LATIN'S *-r* MORPHEME: CASELESSNESS AND POST-SYNTACTIC INCORPORATION

Lydsson Agostinho Gonçalves¹

Paula Roberta Gabbai Armelin²

Resumo: Este trabalho investiga o sincretismo da morfologia passiva em latim. Nessa língua, o sufixo que realiza a voz passiva (*default: -r*) também é encontrado em construções impessoais, anticausativas, contextos médios e verbos depoentes. Parte-se dos trabalhos de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) e, sob o modelo da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), apresenta-se uma proposta de derivação que postula que a marca sincrética é um argumento verbal não referencial – uma variável – incorporado ao verbo pós-sintaticamente. Os diversos contextos interpretativos em que a marca aparece resultam da posição original que esse argumento ocupava e da sua interação com diferentes sabores de *Voice* (FOLLI & HARLEY, 2005). Sendo a variável um argumento externo, não há outro DP para ela se ligar, e ela fica sem papel- θ e Caso. Sem papel- θ , a variável é lida como um expletivo em LF. A ausência de Caso, por sua vez, é um problema para PF (LEVIN, 2015) e, para que a derivação não seja perdida, a variável se incorpora ao domínio verbal via Deslocamento Local, nos termos de Levin (2015). A voz passiva e os impessoais resultam da incorporação da variável na posição de argumento externo de um *Voice*_{DO}. A mesma configuração, mas com um *Voice*_{CAUSE}, gera os anticausativos. Nos contextos médios, a variável também nasce na posição de argumento externo, mas é o argumento de um núcleo Appl (PYLKKÄNEN, 2008) que é promovido a sujeito sintático. Os depoentes se dividem em três tipos: propõe-se que os agentivos são, em verdade, médios, sendo derivados como eles; os depoentes de sujeitos experienciadores projetam esse argumento via um núcleo específico que chamamos de EXP e a variável ocupa a posição de argumento externo canônico; depoentes anticausativos resultam da incorporação do argumento de Appl ou EXP, mas em uma estrutura sem *Voice*.

Palavras-chave: sincretismo; morfologia passiva; incorporação.

Abstract: This paper investigates Latin's passive syncretism. In that language, the suffix that realizes the passive voice (*default: -r*) is also found in impersonal, anticausative and middle constructions, as well as in deponent verbs. Building upon the previous works of Schäfer (2008) and Lazzarini-Cyrino (2015), and under the framework of Distributed Morphology (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), we present a derivational proposal which argues that the syncretic marker is a non-referential argument – a variable – which is incorporated into the verb post-syntactically. The several interpretative contexts in which the marker appears in result from the original position it occupied and from its interaction with different flavors of *Voice* (FOLLI & HARLEY, 2005). If this variable is an external argument, there won't be any other DP for it to be bound with, and it will remain without a θ -role and Case. Without a θ -role, it is read as an expletive at LF. The absence of Case is a problem for PF (LEVIN, 2015) and, in order to prevent the derivation from crashing, the variable incorporates into the verbal domain by means of Local Dislocation, in the terms of Levin (2015). Passive voice and impersonals result from the incorporation of

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. lydsson.goncalves@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0875-7334>

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. paula.rg.armelin@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4751-2831>

the variable in the external argument position of a *Voice*_{DO}. The same configuration, but with a *Voice*_{CAUSE}, produces anticausatives. In middle contexts, the variable is also introduced in the external argument position, but it's the argument of an Appl head (PYLKKÄNEN, 2008) that is promoted to syntactic subject. Deponents are divided into three types: we propose the agentive ones are in fact middle verbs, and so are derived in the same way; experiencer-subject deponents project that argument via an EXP head and the variable occupies the canonical external argument position; anticausative deponents result from the incorporation of Appl or EXP's argument in a *Voice*-less structure.

Keywords: syncretism, passive morphology, incorporation.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo investiga o sincretismo existente na morfologia passiva do latim, com o objetivo de propor uma estrutura sintática capaz de derivar todos os contextos nos quais ela se manifesta, quais sejam: a voz passiva canônica, a voz média, construções impessoais, anticausativos e os verbos deponentes. Especificamente, exploramos o comportamento morfossintático e semântico do sufixo *-r* (e seus alomorfes) encontrado nas construções sintéticas da língua, que se realizam apenas no *īnfectum*. Assim, assumimos que a estrutura analítica do *perfectum*³, cuja implementação extrapola os limites deste artigo, embora também seja sincrética, é formada por outros mecanismos sintáticos. A hipótese de base que guia o estudo é a de que a identidade morfológica desses contextos sincréticos não é acidental, mas sim fruto de um mesmo processo de formação de subjacente.

Em termos gerais, o sincretismo é um fenômeno caracterizado pela reincidência de uma mesma marca morfológica em mais de um contexto sintático. Essa identidade de forma causa uma espécie de desencontro entre sintaxe e morfologia, já que, embora sejam ambientes em que se identificam funcionamentos sintáticos diversos, tal distinção não revela uma contraparte na morfologia. O fenômeno é de grande interesse para a Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; e trabalhos subsequentes), doravante MD, um modelo teórico que desfaz as barreiras entre morfologia e sintaxe, submetendo tanto a construção de palavras quanto a de sentenças ao mesmo componente gerativo – a própria sintaxe. Com essa integração entre morfologia e sintaxe, a MD oferece recursos importantes para a investigação de um fenômeno como o sincretismo, que se situa numa interseção de domínios.

O tipo específico de sincretismo que este trabalho investiga ocorre quando os mesmos dispositivos empregados por uma determinada língua para a composição da sua voz passiva são compartilhados com outros tipos de construção, geralmente os anticausativos, as impessoais, o domínio médio e, por vezes, os verbos reflexivos. Em latim, o morfema que expressa a voz passiva, cuja realização *default* é *-r*, é capaz de estender seu domínio de atuação para parte desses outros ambientes sintáticos. Os excertos a seguir ilustram essa multiplicidade de usos:

³ *īnfectum* e *perfectum* são termos usados pelas gramáticas latinas para a classificação do sistema de tempos da língua e correspondem, grosso modo, às noções de imperfeito e perfeito, respectivamente. Em latim, os tempos presente, imperfeito e futuro são considerados parte do *īnfectum*, enquanto o perfeito, o mais-que-perfeito e o futuro perfeito pertencem ao *perfectum*.

(1) Diferentes usos do sufixo *-r* em latim

a. *Vbi illa s̄ancta am̄icitia, s̄i n̄on ipse am̄icus per s̄e am̄atur t̄ot̄o pectore, ut d̄icitur?*

“E o que será daquela sagrada amizade, se o próprio amigo não é amado pelo que é, de corpo e alma, como se diz?”⁴ (Cícero, *De legibus*, 1.18)

b. *P̄ast̄or̄ēs, heder̄a cr̄ēscentem ōrn̄ate poētam (...) inuidīa rumpantur ut īlia Cōdro.*

“Pastores, adornai o poeta em ascensão com uma hera, para que as entranhas se rompam em Codro com a inveja.” (Virgílio, *Bucólicas*, VII)

c. *Abditur Ōriōn.*

“Ōrion se esconde.” (Cícero, *Arat. Phaenom.*, 462, 26)

d. *Rēs, tempus (...) bell̄i spolia magnifica magis quam ōr̄atiō mea uōs hortantur.*

“Que a república, o tempo (...) e os magníficos espólios da guerra vos exortem mais que a minha eloquência.” (Salústio, *A conjuração de Catilina*, 20)

Ambos os verbos em (1a), *am̄atur* e *d̄icitur*, apresentam o mesmo morfema *-r* final que as gramáticas latinas caracterizam como parte da voz passiva. Todavia, enquanto o primeiro representa uma voz passiva canônica, o segundo se relaciona mais propriamente a uma leitura impessoal. Em (1b), a mesma marca morfológica aparece em um verbo anticausativizado, *rumpantur*. No exemplo *abditur* em (1c), por sua vez, vê-se a expressão da voz média, uma espécie de intermediária entre anticausativo e reflexivo (cf. KEMMER, 1993). Por fim, *hortantur* em (1d) é um depoente, uma classe verbal translinguisticamente rara que em geral é definida como detentora de morfologia passiva apesar de sintática e semanticamente ser ativa (FARIA, 1958)⁵.

É importante ressaltar que esse uso estendido da morfologia passiva não é uma exclusividade do latim; diversas outras línguas, como grego (antigo e moderno), albanês e russo, exibem o mesmo sincretismo. Além disso, mesmo em línguas em que a voz passiva não é morfológica, como português e outras línguas românicas, não é incomum encontrar um sincretismo entre ao menos parte desses domínios. Em português, por exemplo, o clítico *se* realiza diversas funções (cf. CARVALHO, 2016).

Levando em conta essa tendência que as línguas possuem de agrupar determinado grupo de sentidos sob uma mesma marca morfológica, que geralmente é a morfologia passiva ou um pronome reflexivo, Lazzarini-Cyrino (2015) se refere ao fenômeno como *sincretismo passivo-reflexivo* (SPR), um termo que adotaremos neste artigo⁶. Lazzarini-Cyrino (2015) defende que a marca morfológica do SPR é, sintaticamente, um argumento, um elemento introduzido na estrutura como um dispositivo *default* de manutenção de valência em configurações em que um dos argumentos plenos foi reduzido. A proposta do autor é, na verdade, uma expansão da análise de Schäfer (2008) para o fenômeno em alemão. Neste trabalho, seguiremos as consequências estabelecidas por essa perspectiva geral, aplicando-a ao latim e propondo desenvolvimentos analíticos a partir das problemáticas dela decorrentes.

Mais especificamente, combinando a intuição de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) com contribuições de outros autores e observações próprias, nossa proposta se desenvolve a partir da ideia de que a marca sincrética tem o estatuto de uma variável, ou seja, um DP cujos traços- ϕ não são inerentemente valorados, precisando ela, então, buscar tal valoração via *Agree* (HEINAT, 2006a). Quando a variável ocupa a

⁴ Todas as traduções presentes neste artigo são dos autores, sejam elas de fontes latinas ou de referências bibliográficas.

⁵ A semântica dos verbos depoentes é muito debatida, e não é consenso que eles realmente sejam ativos semanticamente (cf. XU *et al.*, 2007; ALEXIADOU, 2013; entre outros). Discutiremos a natureza desses verbos e sua semântica mais adiante.

⁶ Ainda que nossa análise do fenômeno seja diferente da do autor.

posição de argumento interno, ela pode estabelecer *Agree* com o argumento externo, adquirindo sua referencialidade – mecanismo que gera os reflexivos. Por outro lado, quando a variável θ ocupa a posição de argumento externo, não haverá outro DP mais alto com o qual ela poderá estabelecer *Agree*. Como consequência, essa variável não poderá ser interpretada em LF, sendo lida como um expletivo. É essa configuração que está na base do SPR em latim. Uma evidência disso é o fato empírico de que o morfema sincrético *-r* está em distribuição complementar com o argumento externo. Embora essa configuração não seja um problema para LF, o cenário é complicado para PF, uma vez que a variável não ligada não pode receber Caso. Propomos que, para salvar a derivação, PF emprega a operação de Deslocamento Local, incorporando a variável ao verbo, nos termos de Levin (2015), dispensando a necessidade de Caso. O sincretismo ocorre porque há diversas configurações sintáticas em que essa sequência de interações pode acontecer.

A partir desse sistema geral, os detalhes da implementação da proposta serão elaborados ao longo do artigo, que se estrutura da seguinte maneira: na seção 1, apresentamos brevemente o modelo teórico sob o qual a análise foi desenvolvida, a MD; na seção 2, revisamos algumas propostas de análise do fenômeno presentes na literatura; na seção 3, elaboramos nossa proposta; na seção 4, concluímos a investigação com algumas considerações finais.

2. MODELO TEÓRICO: MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

A proposta elaborada neste artigo é desenvolvida sob o modelo teórico da MD. Introduzido em Halle & Marantz (1993) e revisitado em Marantz (1997) e muitos trabalhos subsequentes, trata-se de um modelo de base gerativa e, como tal, adota muito dessa tradição. Ao mesmo tempo, situa-se numa visão não lexicalista de gramática, rejeitando uma divisão estrita entre os processos de formação de palavras e de sentenças, por observar que ambas possuem muitas similaridades, a mais notável sendo a de que são estruturas hierárquicas complexas constituídas com base na organização de unidades menores. Assim, a MD propõe haver apenas um componente gerativo na gramática, a sintaxe, sem a necessidade de um léxico que forme palavras separadamente.

Deslocando a formação de palavras integralmente para a sintaxe, o resultado é uma redefinição do modelo de gramática, uma vez que não há mais, nessa perspectiva, um léxico no sentido tradicional lexicalista. Em seu lugar, o que resta é um conjunto limitado de informações conhecido na MD como *Lista 1* – ou *Léxico Estrito* –, que compreende apenas raízes e traços morfossintáticos. Entre os elementos compostos por esses traços estão os núcleos funcionais conhecidos como *categorizadores*, cuja principal função é estabelecer, via *merge* na sintaxe, a categoria gramatical com a qual uma determinada raiz se realizará. Sua introdução no modelo é motivada pela observação de que uma mesma raiz frequentemente é utilizada em diferentes contextos categoriais. Como tal, não haveria raízes inerentemente categorizadas e nem grades argumentais pré-sintaticamente definidas, e tudo isso passa a ser entendido como relações estruturais estabelecidas na sintaxe.

Informações fonológicas e semânticas⁷ também não são armazenadas previamente, mas sim em outras duas listas, sendo adicionadas pós-sintaticamente à construção quando se fazem relevantes. Mais especificamente, a *Lista 2* – ou *Vocabulário* – contém os elementos que o modelo chama de *Itens de Vocabulário* (IVs), peças

⁷ “Semântica” aqui não se refere à semântica composicional construída pelas relações hierárquicas estabelecidas na sintaxe, mas sim à informação extralinguística, ou seja, à semântica relativa ao conhecimento “de mundo”, que, em modelos lexicalistas, tradicionalmente é armazenada no léxico.

fonológicas que, no caminho para PF, são inseridas nos nós terminais da estrutura via pareamento com os seus traços morfossintáticos, através de um processo conhecido como *Inserção de Vocabulário*. Por sua vez, a *Lista 3* – ou *Enciclopédia* – armazena informações relacionadas ao conhecimento de mundo do falante, e é acessada para atribuir sentido extralinguístico, arbitrário ou não composicional, às estruturas geradas pela sintaxe.

O funcionamento do mecanismo de Inserção de Vocabulário é crucial para análises de sincretismo e, por isso, cabe mencionar suas duas principais propriedades: a Subespecificação de IVs e o Princípio do Subconjunto. Quanto ao primeiro, trata-se da ideia de que IVs podem conter informações de traços menos especificadas do que o que a sintaxe gera. O Princípio do Subconjunto é a possibilidade de que um desses IVs com um conjunto menor – isto é, um subconjunto – do que o derivado na sintaxe seja inserido num determinado nó, desde que suas informações de traços sejam compatíveis com o derivado na sintaxe e que não haja outro IV mais especificado disponível. A inserção tardia de fonologia, associada à possibilidade de subespecificação dos IVs, faz com que o sincretismo passe a ser, até certo ponto, um epifenômeno: uma vez que é possível haver IVs que não sejam totalmente especificados para algum nó sintático, naturalmente será possível que eles se encaixem em mais de um contexto, produzindo um sincretismo entre eles.

Sob a lógica delineada acima, uma derivação em MD começa com a seleção de uma raiz e traços morfossintáticos na Lista 1, os quais são estruturados na sintaxe e, após o *spell-out*, enviados para as interfaces de PF e LF. Além disso, a MD ainda possui outra propriedade distintiva em relação aos modelos anteriores, que é a inclusão de um componente no ramo de PF chamado *Morfologia*. Tal componente é responsável por aplicar operações limitadas e localizadas que afetam apenas a forma da estrutura, mas não seu sentido, uma vez que LF não pode vê-las. As operações que o componente morfológico pode empregar são poucas e sujeitas a restrições rígidas (cf. EMBICK & NOYER, 2001, 2007), mas abrem importantes perspectivas para se analisar os desencontros entre estrutura sintática e a forma de superfície nos fenômenos linguísticos, sendo indispensáveis em nossa proposta.

Tendo apresentado em linhas gerais o modelo da MD e suas propriedades mais relevantes para nosso trabalho, passamos, a seguir, a uma apresentação de como a literatura vem abordando o fenômeno do SPR nas diferentes línguas em que ele se apresenta.

3. TENDÊNCIAS DE ANÁLISE DO SINCRETISMO PASSIVO

Possivelmente a linha de análise do SPR mais saliente na literatura recente é a que atribui o fenômeno a alguma realização excepcional no núcleo *Voice*. Esse tipo de análise é visto, por exemplo, em Embick (2004), Alexiadou *et al.* (2006) e Alexiadou (2013), entre outros. A ideia de base advém da hipótese de que deve haver alguma relação entre a ausência do argumento externo e a presença da marca sincrética, já que a maioria dos contextos em que ela é vista, como os anticausativos ou as passivas, configura-se dessa maneira. Como o núcleo *Voice* é comumente associado à função de introduzir o argumento externo (KRATZER, 1996), faz sentido pensar que algo ocorre nele.

Alexiadou (2013) propõe três tipos de *Voice*: ativo, passivo e médio. Enquanto o *Voice* ativo, introdutor de argumento externo, existiria em todas as línguas, os outros dois não seriam universais, mas sim sujeitos a disponibilidade via variação paramétrica. O *Voice* passivo seria especificado e, portanto, não sincrético. Por isso, as línguas que o

possuem, como o inglês, têm passivas regulares e produtivas: essencialmente qualquer verbo transitivo pode ser passivizado, e a única interpretação licenciada é a de passiva canônica. Já o *Voice* médio seria subespecificado, codificando apenas um sentido genérico de “não ativo”. Devido a isso, as línguas que o empregam sincretizam passivas e outros domínios – todos os quais seriam considerados não ativos em algum nível. Esse seria, segundo a autora, o padrão do grego, por exemplo, que sincretiza os mesmos domínios que o latim. Apesar da diferença interpretativa, o *Voice* passivo e o médio funcionam de maneira idêntica na sintaxe, não sendo capaz de projetar uma posição de argumento no seu especificador.

É importante apontarmos, no entanto, que um problema desse tipo de abordagem é que surgem dificuldades ao se tentar expandir a tipologia translinguisticamente, especialmente quando se considera os reflexivos, frequentemente também sincréticos. É provável que reflexivos possuam um argumento externo, sendo difícil conciliá-los com uma estrutura em que essa posição não existe, a menos que se diga que os reflexivos não são de fato parte do sincretismo, mas sim apenas uma homofonia – um resultado indesejado, dada a recorrência com que eles se sincretizam com os outros domínios. Além disso, se esse sincretismo resulta necessariamente do *Voice* médio, sob o qual tudo “não ativo” se reúne, como explicar o SPR visto em uma língua como o tcheco, por exemplo, que envolve os anticausativos, médios e reflexivos, mas não a própria passiva? O resultado seria o paradoxo de dizer que a passiva é ativa nessa língua.

Schäfer (2008), seguindo outra linha de análise, propõe que o pronome alemão *sich*, que sincretiza anticausativos e reflexivos, não seria a realização de *Voice*, mas sim um argumento verbal. A ideia é a de que tal elemento é sempre uma anáfora: na posição de argumento interno, ele se liga ao externo, produzindo um reflexivo; na de argumento externo, por sua vez, a ligação não ocorre. À primeira vista, isso deveria configurar uma violação do princípio de ligação, mas Schäfer (2008) argumenta que não há nada na sintaxe que realmente impeça a existência de uma variável não ligada: ela apenas é lida como um expletivo em LF. O trabalho de Schäfer (2008), porém, limita-se a esses domínios, uma vez que o alemão não sincretiza para além deles⁸, e, ainda que estabeleça que sua proposta deve ser aplicável a outras línguas, o autor não leva em consideração línguas cujo SPR se manifesta a partir da passiva morfológica, como o latim e o grego.

Lazzarini-Cyrino (2015) expande a proposta de Schäfer (2008) para outras línguas, com o objetivo de explicar o SPR em termos mais amplos, para todas as línguas em que ele existe, independentemente de como se manifeste. Lazzarini-Cyrino (2015) mantém a ideia geral de Schäfer (2008) e, chegando à conclusão de que marcas de SPR são sempre morfológicamente dependentes, propõe que esse estatuto se deve a um problema de Caso: esses elementos, não sendo marcados com Caso, precisam se deslocar da posição argumental, ou acarretariam uma violação do filtro do Caso. Uma das maneiras de fazer isso seria via incorporação ao domínio verbal, via cliticização ou afixação.

O fato de a peça sincrética se realizar como clítico ou afixo, para Lazzarini-Cyrino (2015), é uma consequência da operação que a incorporou ao verbo: clíticos resultam de um deslocamento local, enquanto afixos resultam de movimento de núcleo. A ideia funciona bem para os clíticos num primeiro momento, já que essa operação pode mover tanto um argumento interno quanto um externo, mas o movimento de núcleo não pode ser aplicado do mesmo modo. Um núcleo só pode se mover para aquele que o governa propriamente, uma restrição conhecida como *Head Movement Constraint*, ou HMC (TRAVIS, 1984). A questão fundamental é que o argumento externo não é governado pelo núcleo verbal mais próximo, T, mas sim por *Voice*. Uma alternativa seria recorrer a

⁸ É possível argumentar que a língua também sincretiza o domínio médio, a depender de como ele for caracterizado. Schäfer (2008), todavia, o trata apenas como um tipo de anticausativo.

algum processo de incorporação, mas, como a incorporação clássica é, também, um tipo de movimento de núcleo (BAKER, 1988), o problema persiste.

Levando tudo isso em conta, Lazzarini-Cyrino (2015) recorre à pseudoincorporação de agentes de Özturk (2005). Essa operação move um argumento para o domínio verbal assim que ele é introduzido na estrutura sintática, antes mesmo de receber papel- θ ou Caso, e depois todo o complexo se move para outra posição argumental – nesse caso, *Spec. Voice* – se não houver outro DP disponível para preenchê-lo. Isso poderia acontecer porque, como o complexo é um misto de verbal e nominal, seria elegível para ocupar uma posição temática. Como resultado, o composto se assemelha a uma sequência sujeito-verbo, mas sem marcação de caso e com uma interpretação genérica, que não aponta para uma entidade específica. Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que a variável sincrética estaria simplesmente passando por esse mesmo processo.

A proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) traz consigo algumas questões peculiares, que deixam o sistema inconsistente. Como apontamos acima, a pseudoincorporação de agentes de Özturk (2005) ocorre muito cedo na derivação. Isso não se encaixa bem com o que o próprio Lazzarini-Cyrino (2015) postula como sendo o motivador da incorporação: a variável deveria se tornar morfológicamente dependente porque, por não ter conseguido se ligar, não receberia Caso, o que é um problema para PF. Sendo assim, essa pseudoincorporação tão cedo não se motiva, já que nenhum desses fatores entrou em cena ainda. A variável estaria “prevendo” que haveria um problema posteriormente e agindo de antemão, inserindo uma espécie de *look-ahead* no sistema. Se esse é um problema de PF e não da sintaxe, ela não deveria aplicar nenhum mecanismo para resolvê-lo, uma vez que sequer deveria identificá-lo como tal.

Apesar dos problemas que identificamos na implementação das propostas abordadas nesta seção, consideramos a base teórica por trás delas robusta o suficiente para que elas sejam revisitadas à luz de outras contribuições. Com isso em mente, na próxima seção, apresentamos uma proposta derivada da de Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) e aplicada ao SPR em latim em específico. Devido a como o SPR se manifesta nessa língua, temos a preocupação, como Lazzarini-Cyrino (2015), de explicar como um argumento termina por se superficializar como um sufixo. É interessante apontar desde já que o fazemos com a utilização de mecanismos simples, que derivam os contextos a partir de uma sucessão de interações de núcleos funcionais na sintaxe e dos subsequentes processos a que eles são submetidos no ramo de PF.

4. DERIVANDO O SPR EM LATIM: UM ARGUMENTO INCORPORADO

Nesta seção, apresentamos nossa proposta de derivação para os contextos de SPR em latim, partindo do pressuposto de que o elemento sincrético é originalmente um argumento do verbo. Nessa língua, o SPR não se estende aos reflexivos, e, por isso, focaremos no argumento externo e no mecanismo que o leva a se realizar como um afixo na língua. Assumimos uma estrutura geral para o verbo latino que consiste (nos casos mais comuns) de quatro elementos: a raiz, o categorizador *v*, *Voice* e T^9 . Também nos subscrevemos à visão de que raízes não tomam argumentos diretamente, fazendo-o apenas depois de categorizadas. Dessa maneira, seu *merge* com *v* abre a primeira posição argumental da estrutura – o argumento interno – e o *merge* de *Voice* abre a segunda – o argumento externo (KRATZER, 1996).

⁹ Como não abordaremos o *perfectum*, o núcleo Asp – geralmente posicionado entre *Voice* e T – não se fará necessário. Seguindo Embick (2015), assumimos que esse núcleo só participa da derivação no *perfectum*, com o *inflectum* sendo o *default*.

Algumas considerações devem ser tecidas a respeito do núcleo *Voice*, já que ele está no cerne do nosso fenômeno. Assumimos que esse núcleo só é projetado quando a estrutura requer um argumento externo. Ou seja, ele sempre introduz um argumento quando está presente. Também implementamos dois sabores para o núcleo *Voice*: DO e CAUSE (FOLLI & HARLEY, 2005¹⁰). Nesse sentido, *Voice*_{DO} é responsável por introduzir um argumento externo agentivo, enquanto *Voice*_{CAUSE} introduz um causativo. Isso é importante para distinguir os contextos sincréticos, já que, em termos de estrutura geral, eles são muito parecidos.

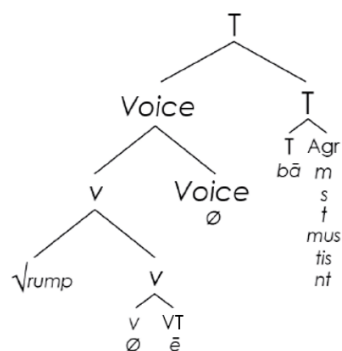
Também nos subscrevemos, seguindo Schäfer (2008), à abordagem de atribuição de Caso proposta em Heinat (2005), isto é, tratamos a aquisição de Caso pelos DPs como uma consequência do estabelecimento de uma relação de *Agree* por parte deles com um núcleo funcional – não como um traço presente no núcleo funcional em si. Assim, não seria exatamente *Voice* ou T que atribuiria caso ao DP, mas a própria relação de *Agree* estabelecida entre o DP relevante e tais núcleos. Caso pode ser entendido, então, como uma necessidade que os DPs têm de entrar em uma relação de *Agree* com um núcleo funcional. Essa relação se concretiza via um sistema de sonda/ alvo: sempre que um novo elemento detentor de traços não valorados entra na estrutura, sonda-a em busca de um alvo para fazê-lo (HEINAT, 2006a, 2006b). Também é importante que essa visão de Caso a desassocie do traço EPP, entendido como apenas um traço que “atrai” para *Spec. T* o DP mais próximo na estrutura – geralmente o argumento externo, marcado com nominativo. Mas essas propriedades, Caso e EPP, são independentes.

Dito isso, o esquema em (2) a seguir sintetiza a derivação de um verbo transitivo em diagrama arbóreo para tomarmos como base. Ainda incluímos, de maneira simplificada, a Inserção de Vocabulário, que ocorre mais tarde na derivação, no ramo de PF. Usamos o verbo *rumpō* (“romper”), no imperfeito¹¹, como exemplo.

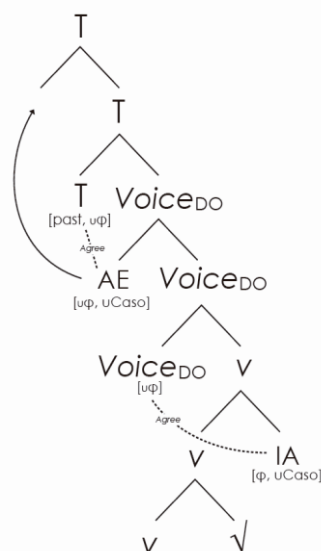
¹⁰ Essa é apenas uma implementação parcial do sistema das autoras. Descartamos o sabor BECOME, já que, em nossa análise, *Voice* sempre introduz um argumento. As estruturas relacionadas a esse tipo de *Voice* (ou semelhantes, como BE) são, na nossa análise, entendidas como desprovidas de tal núcleo. Vale também mencionar que Folli & Harley (2005) não utilizam a nomenclatura *Voice*, mas sim *v*, para o núcleo introdutor de argumento externo.

¹¹ Optamos pelo imperfeito por ser o tempo mais regular em latim, evitando complicações desnecessárias.

(2) Derivação de um verbo transitivo
 a. derivação sintática



b. Inserção de Vocabulário¹²



Embora essa estrutura contenha um *Voice*_{DO}, já vimos que *rumpō* também aparece em estruturas anticausativas (2b) e, portanto, também pode ser um causativo, ou seja, também aceita *Voice*_{CAUSE}. Geralmente, se um verbo admite CAUSE, também admite DO, mas o oposto nem sempre ocorre. Para capturar essa distribuição, recorreremos à proposta de Alexiadou *et al.* (2006) de classificação enciclopédica de raízes:

(3) Classificação semântica/ enciclopédica de raízes¹³ (ALEXIADOU *et al.*, 2006, p. 17)

- √ agentiva (matar, assassinar)
- √ externamente causada (quebrar, abrir)
- √ causa não especificada (explodir, vazar)
- √ internamente causada (florescer, murchar)

Na relação entre a classificação das raízes e a tipologia de *Voice*, temos os seguintes padrões: raízes agentivas sempre projetam um *Voice*_{DO}; as externamente causadas também exigem sempre uma projeção *Voice*, mas aceitam tanto o *Voice*_{DO} quanto o *Voice*_{CAUSE}; raízes de causa não especificada não exigem o núcleo *Voice*, mas o aceitam; raízes internamente causadas jamais admitem *Voice* e não podem ser passivizadas (são os inacusativos canônicos)¹⁴.

Essa classificação de raízes também é a chave para explicar quando e por que a marca sincrética aparece. Como *Voice* sempre projeta um argumento, toda vez que uma raiz agentiva ou externamente causada estiver na estrutura, mas não houver um DP disponível da numeração, a variável será introduzida como *default* para satisfazer essa necessidade: já que ela não possui referencialidade inata, sua presença não afetará o

¹² Deve-se observar que dois nós estão sendo adicionados em PF: VT (nó que abriga a Vogal Temática) e Agr (nó que abriga os morfemas de concordância). Assumimos que isso ocorre em PF porque nenhum dos dois contém informação interpretativamente relevante. A proposta não é dependente dessa visão, contudo, e pode ser adaptada para outros modelos. Para uma discussão acerca dessa operação de inserção de nós, cf. Embick (2015).

¹³ Os exemplos foram adaptados ao português para facilitar a exposição.

¹⁴ Cabe observar que essa conceptualização constitui um tipo de semântica de mundo e, como tal, não é algo codificado formalmente nas raízes em si, mas sim verificado na Enciclopédia. Em princípio, seria possível encontrar qualquer raiz em qualquer configuração; entretanto, ao checar a estrutura com a interpretação armazenada na Enciclopédia, pode haver uma inconsistência e a derivação será bloqueada.

sentido geral da estrutura. Em termos formais, ela apenas satisfaz o traço de c-seleção de *Voice*. No caso de raízes de causa não especificada, isso não acontecerá, já que o *Voice* não é obrigatório nelas. Como tal, raízes dos dois primeiros tipos, quando aparecem em estruturas de alternância detransitiva, sempre serão marcadas, enquanto as do terceiro tipo não apresentarão a marca. Raízes do tipo internamente causadas, naturalmente, nem participam desse tipo de alternância. Ademais, como a classificação de raízes pode variar de língua para língua, isso explica por que alguns verbos se comportam como parte de uma categoria numa língua, mas não em outra¹⁵.

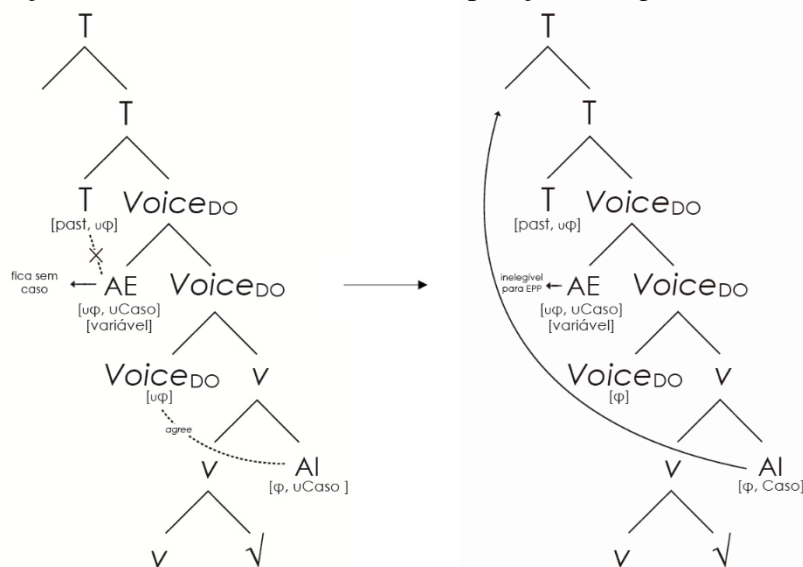
De posse dessas informações, podemos avançar para a derivação da nossa estrutura. A presença de uma variável na posição de *Spec. Voice* desencadeia uma série de consequências, devido ao fato de que ela não consegue se ligar. Uma delas é a de que permanecerá sem valoração no seu traço de Caso, o que motivará sua incorporação ao domínio verbal. Vejamos numa derivação como isso acontece. Numa estrutura transitiva padrão como a em (2), os traços- ϕ do argumento interno valoram os de *Voice* e os do externo valoram os de T. Ambos, então, têm seu Caso valorado. Todo o resto sendo igual, o ponto de interesse é a substituição do argumento externo pleno pela variável. Propomos a seguinte sequência de interações:

- (i) *Voice* precisa de um argumento. Não há um DP pleno disponível e a variável é introduzida por *default*, satisfazendo o traço de c-seleção do núcleo. Ela até pode sondar a estrutura, mas tanto *Voice* quanto o argumento interno já estão inativos nesse momento, tendo valorado todos os seus traços.
- (ii) T entra na estrutura e, como também tem traços- ϕ não valorados, isso ativa uma sonda (HEINAT, 2006a). Normalmente o argumento externo os valoraria, mas a variável não tem seus próprios traços- ϕ para compartilhar. Como *Voice* e o DP estão inativos, T também fica sem valor nos seus traços- ϕ . Como consequência de não valorar os traços- ϕ de T, a variável não valoriza seu traço de Caso.
- (iii) O argumento interno se move para *Spec. T* e se torna o sujeito sintático. É ele quem faz isso, e não a variável, devido à defectividade dela. Isso não ativará uma nova sonda, pois apenas *merges* externos o fazem (HEINAT, 2006a). A parte sintática da derivação termina com T e a variável com traços- ϕ não valorados, e o mesmo para o traço de Caso desta.

Os passos acima produzem uma estrutura que será enviada para *spell-out* com alguns traços não valorados. Isso, por si só, não causa um descarte da derivação. Há consequências, porém, ao se prosseguir com a derivação assim, as quais exploraremos brevemente. Antes disso, representamos os passos acima em diagramas arbóreos:

¹⁵ Isso prevê que sempre haverá alguma peça marcando tais alternâncias translinguisticamente, mas não necessariamente que será uma mesma peça sincrética em todos os contextos. Pode haver mais de um IV em competição nesses ambientes e a especificação de traços de cada um fará com que um vença em um contexto, mas não em outro.

(4) Derivação sintática com uma variável na posição de argumento externo



Nesse ponto da análise, precisamos discutir o que acontece com uma estrutura como essa em ambas as interfaces, LF e PF. Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015) argumentam que a presença de uma variável não ligada não é um problema para a sintaxe em si, e também não para LF, onde a ausência de valor nos traços- ϕ fará com que seja lida como um expletivo. Dessa forma, a não valoração dos traços- ϕ em T não é problema para esse componente também, por conseguinte. Esse, no entanto, poderia ser um problema em PF, devido à necessidade dessa informação para a Inserção de Vocabulário, mas diversos autores, como Premiger (2011) e Levin (2015) argumentam que mesmo ali não haveria problema, com a simples inserção do IV menos especificado, ou *default*, caso a língua possua um. Entretanto, é preciso ressaltar que existe concordância (ao menos em latim) entre o argumento interno movido e o verbo, e com a própria variável. Logo, seus traços- ϕ precisam ter recebido o valor com que se superficializam em algum momento. Na nossa abordagem, isso se explica via um mecanismo de cópia pós-sintática de traços- ϕ (NOYER, 1997). Esse processo permite que os traços- ϕ de nós mais altos sejam copiados para inferiores no ramo de PF. Como há um argumento pleno – isto é, com traços- ϕ completos – em *Spec. T*, esses traços são transferidos para T e para a variável, que até então tinham os seus sem valor. Como isso ocorre no ramo de PF, não há efeito interpretativo.

Isso deixa apenas o Caso sem valor. Lazzarini-Cyrino (2015) já havia argumentado que essa circunstância não seria problema para LF, visão compartilhada por Schäfer (2008) e outros autores, por não ser uma informação relevante para esse componente. Levin (2015) defende o mesmo, estabelecendo que o filtro de Caso é checado em PF. Nessa interface, portanto, a derivação seria barrada na situação de haver uma projeção nominal sem Caso. Como discutido na seção acima, a proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) é a de que, via incorporação da variável, o problema seja solucionado, já que Caso não é um fator no domínio verbal. A implementação oferecida pelo autor, todavia, mostrou-se problemática. Nossa proposta envolve o mesmo raciocínio, mas buscamos promover o mecanismo no ramo de PF, já que é nele que a violação seria detectada. Para tal, remetemos ao sistema proposto em Levin (2014, 2015).

Levin (2014, 2015), revisitando o mecanismo de pseudoincorporação proposto em Massam (2001), apresenta um sistema alternativo para caracterizá-la. A pseudoincorporação (de nomes a verbos) é identificada principalmente por uma rígida

adjacência linear entre verbo e nome, ausência de morfologia de Caso neste e, na proposta original de Massam (2001), diferencia-se da incorporação por se dar a partir de nomes nus. Como resultado, nomes pseudoincorporados são interpretados de maneira genérica, sem apontar para um agente específico. Afora isso, porém, também é um processo sintático, de movimento de núcleo, limitado pelos mesmos fatores. Levin (2015) questiona essa caracterização, apresentando dados de diversas línguas que demonstram que não só sintagmas nominais complexos participam da pseudoincorporação, como também não é universal que adquiram essa leitura genérica, posto que mesmo pronomes e nomes próprios podem sofrê-la. Sua conclusão é, então, a de que nomes nus não são os únicos que podem ser submetidos a ela.

Além disso, e talvez ainda mais importante, seja a observação do autor de que outro conjunto de dados, conhecido tradicionalmente como o fenômeno do sujeito *in situ* em línguas austronésias, como o balinês e o malgaxe, por exemplo, compartilha das mesmas características da pseudoincorporação: adjacência linear estrita entre verbo e sujeito (sendo que nessas línguas a ordem normalmente é mais maleável) e ausência de marcação de Caso. Levin (2015) deduz que se trata do mesmo processo, o que significa dizer que a pseudoincorporação não pode, portanto, ser movimento de núcleo, ou o argumento externo não seria elegível¹⁶ para o processo. Tomando a ausência de Caso como um fator determinante e partindo do pressuposto de que Caso é checado em PF, Levin (2015) propõe que a pseudoincorporação, seja do objeto ou do sujeito, se dá para escapar à violação do filtro do Caso. Esse raciocínio se encaixa muito bem com o sistema que temos delineado para nossa variável, que, como os sujeitos canônicos, ocupa a posição de argumento externo e, nessa configuração, fica sem Caso.

Levando em conta o requerimento de linearidade da pseudoincorporação, Levin (2014) defende que o mecanismo que o produz é o Deslocamento Local, um tipo de *merger* que, no caso do argumento externo, “troca a relação de c-comando imediata entre T₀ e *Spec. vP* por uma de adjunção linear”¹⁷. A proposta é vastamente expandida em Levin (2015), levando em conta as características individuais das línguas, mas o mecanismo permanece o mesmo. O resultado disso é que o elemento nominal deslocado se torna parte do domínio verbal, escapando à necessidade de marcação de Caso. Em outras palavras, como agora ele faz parte desse núcleo complexo, não é mais possível haver algum elemento interveniente entre ele e o verbo, resultando daí a adjacência linear estrita e a não marcação de Caso. Esse raciocínio é facilmente adaptável ao que viemos estabelecendo para nossa variável sem Caso, e nossa proposta é simplesmente que a variável é submetida ao mesmo movimento pós-sintático de incorporação, tal como proposto em Levin (2014, 2015). A única diferença é que, como o IV que realiza a variável é fonologicamente mínimo, superficializado como *-r*, não se identifica, à primeira vista, como um sujeito movido, mas como um sufixo.

Curiosamente, a proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) já previa o uso de Deslocamento Local nesse sentido, mas o autor estipulava que apenas clíticos poderiam ser derivados dessa maneira, o que motivou sua busca por outro dispositivo para afixos. Nesse sentido, é importante ressaltar que a distinção entre clíticos e afixos estipulada pelo autor – que clíticos são derivados via Deslocamento Local e afixos por movimento de núcleo – parece não ser tão uniforme quanto ele faz parecer. Mesmo em Embick & Noyer (2001), o Deslocamento Local já é usado para derivar ambos, clíticos e afixos. Outros

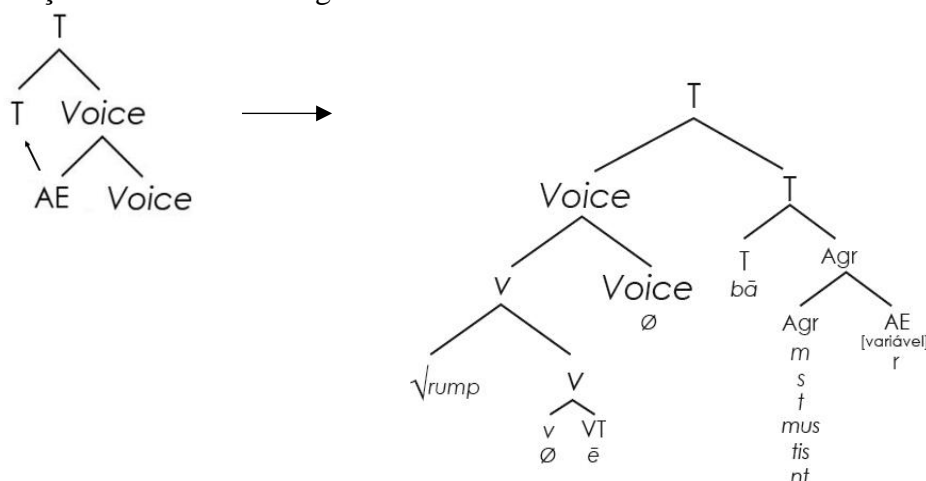
¹⁶ A proposta de Öztürk (2005) não é suficiente para explicar os dados de Levin (2015), porque eles envolvem sintagmas complexos, e a pseudoincorporação de agentes de Öztürk (2005) também depende do estatuto de nomes nus dos elementos pseudoincorporados.

¹⁷ “(...) exchanges the immediate c-command relation between T₀ and *Spec-vP* for a linear adjunction relationship”.

autores, como Harley (2011), também derivam elementos dependentes em geral usando os mesmos mecanismos. A distinção entre clíticos e afixos é um tema que não pode ser explorado no escopo deste trabalho, mas parece precipitado dizer que ela se reduz à distinção Deslocamento Local x movimento de núcleo. A impossibilidade de o *-r* do latim se realizar à esquerda do verbo precisa ser explicada de outra maneira, então.

Vejam os como o sistema esboçado até agora se encaixa no latim antes de prosseguirmos. Já estabelecemos que sua marca de SPR é um DP ϕ -defectivo, que permanece assim até o fim da derivação sintática e, como consequência, também fica sem Caso. Como a derivação converge, algo precisa ter acontecido para licenciar esse DP sem Caso. Defendemos que esse algo é exatamente a operação de Deslocamento Local, que o anexa ao verbo, fazendo-o se realizar como sufixo. Na derivação, então, esse DP teria buscado o núcleo verbal mais próximo, ou seja, o núcleo T, tornando-se parte do seu domínio. A essa altura, T é um núcleo complexo, formado por raiz-v-VT-Voice-T-Agr, como visto em (2b). Como o Deslocamento Local é uma operação que ocorre depois da Inserção de Vocabulário (EMBICK & NOYER, 2001, 2007), *-r* se anexará, na verdade, ao expoente de Agr, seu vizinho em termos lineares. A operação é ilustrada em (5):

(5) Incorporação da variável não ligada ao domínio verbal em PF¹⁸



Embick & Noyer (2007) estipulam que o Deslocamento Local pode mover *m-palavras* (isto é, o nó raiz do núcleo complexo) ou *subpalavras* (nós terminais), mas apenas entre si – ou seja, não é possível deslocar uma subpalavra para uma m-palavra ou vice-versa. Levin (2015) argumenta que um elemento que sofre Deslocamento Local para escapar ao filtro de Caso não pode prejudicar a linearização do elemento alvo. Isso pode explicar a posição fixa do *-r* à direita do verbo. Tal elemento é um núcleo simples, podendo ser movido tanto como m-palavra ou como subpalavra. No primeiro caso, ele poderia ser linearizado à esquerda; no segundo, não, pois a subpalavra que lhe é adjacente é o expoente de Agr. No Deslocamento Local de *-r* para Agr, ele nunca poderia se linearizar à esquerda, pois isso violaria a necessidade de que T e Agr sejam lineares. Devemos concluir que, no latim, o Deslocamento Local da variável toma como objetos as subpalavras dos núcleos relevantes.

¹⁸ A forma final dos verbos contendo o *-r* é levemente diferente da prevista em (5) para algumas das pessoas; na primeira pessoa plural, por exemplo, encontramos *-mur* e não *-musr*. Todas as diferenças em questão são, porém, simples reajustes fonológicos que entram em ação para garantir a boa formação das seqüências, não necessitando de discussão adicional. Na segunda pessoa de plural, vê-se *-mini* e não *-r*, que é apenas um alomorfe.

O sistema delineado até aqui é capaz de derivar todos os contextos do SPR em latim. As diferentes interpretações são consequência de o processo acontecer em configurações sintáticas diversas. Mais especificamente, quando isso acontece numa estrutura com *Voicedo*, o resultado será uma passiva ou impessoal, ou seja, um evento agentivo, mas cujo iniciador não é conhecido. Isso significa que estamos unificando passivas e impessoais como um mesmo domínio, percepção que é compartilhada por outros autores, como o próprio Lazzarini-Cyrino (2015) e Saab (2020), por exemplo. Em latim, em particular, elas são totalmente indistinguíveis, e só um agente da passiva pode aplicar uma definição, bloqueando a leitura impessoal. Esse mesmo processo, em uma estrutura com *Voicecause*, promoverá a leitura anticausativa, isto é, interpreta-se que não é um evento que ocorreu espontaneamente, mas também não se pode determinar a causa específica – embora se detecte que não houve um iniciador agentivo.

Contextos médios e depoentes exigem reflexões adicionais. Ao descrever a voz média, Kemmer (1993, p. 243) afirma que uma das suas propriedades é que “o iniciador também é um ponto final, ou entidade afetada”¹⁹. Nesse sentido, tais contextos podem ser entendidos como a expressão de um tipo de (auto)benefactivo. De acordo com Alexiadou (2013, p. 254), “esses são verbos que denotam que o sujeito verbal age em seu próprio interesse, de modo que também seja afetado pela sua própria ação”²⁰. Seguindo esse raciocínio e assumindo que a introdução de benefactivos se dá via um núcleo Appl, nos termos de Pylkkänen (2008), propomos que o elemento que se tornará o sujeito sintático dessas construções (como *Ōriōn* em *Abditur Ōriōn*) é introduzido por Appl, enquanto a posição de argumento externo é, novamente, ocupada pela variável. O mesmo processo se repete, com a única diferença sendo que é o argumento de Appl que é promovido, por estar mais alto na estrutura (e, de fato, na maioria dos casos, nem haverá outro argumento, já que a maioria dos médios não tem um terceiro argumento).

Com relação aos depoentes, propomos que a configuração de voz média serve, ao menos em parte, para eles também. A ideia de que eles carregam um sentido ativo é muito questionada, havendo um certo consenso de que muitos deles na verdade são médios (cf. XU et al., 2007; ALEXIADOU, 2013; entre outros). Portanto, podemos derivá-los da mesma maneira delineada acima através da presença de um núcleo Appl. Outra parte dos depoentes, no entanto, comporta-se como verbos experienciadores, como *opīnor* (“supor”). Pesetsky (1996) demonstra que experienciadores não devem ser introduzidos por *Voice*, mas sim por uma projeção específica. De maneira geral, é algo semelhante, ao menos em termos sintáticos, ao que Appl faz. Todavia, considerando o papel temático diferente, não deve ser a mesma projeção e, portanto, assumiremos uma projeção específica, que chamaremos de EXP, para a introdução desse argumento. O restante da derivação é como nos médios. Outra possibilidade lógica para um depoente é a de que, numa estrutura sem *Voice*, o argumento de *Voice* ou EXP seja ocupado pela variável, o que a impediria de se ligar e a faria se incorporar. Estabelecemos que isso gera os depoentes inacusativos, como *morior* (“morrer”) e *nāscor* (“nascer”). Como não há *Voice* na estrutura desses verbos (são internamente causados), a variável, mesmo sendo argumento de Appl, ficará linearmente adjacente a T, suscetível ao Deslocamento Local para o seu domínio.

Com isso, todas as diferentes possibilidades do SPR em latim são derivadas via o mesmo mecanismo: o Deslocamento Local aplicado a uma variável sem Caso para salvar a derivação do *crash* que isso deveria causar. Esse sistema deve ser capaz de explicar o fenômeno também em outras línguas, mas suas propriedades particulares devem ser

¹⁹ “(...) the Initiator is also an Endpoint, or affected entity”.

²⁰ “These are verbs which denote that the verbal subject acts in her/his own interest so that she/he will be affected by her/his own action as well”.

levadas em conta e, portanto, ajustes se farão necessários. Acreditamos, todavia, que o raciocínio geral e as ferramentas que empregamos oferecem um ponto de partida razoável para se expandir a investigação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, almejamos derivar o sincretismo do morfema *-r* latino via uma estrutura única de base, de modo a garantir a identidade entre os contextos. Assumindo, como Schäfer (2008) e Lazzarini-Cyrino (2015), que esse sufixo é originalmente um argumento do verbo, mais especificamente uma variável anafórica introduzida como *default* para satisfazer as necessidades de c-seleção de um núcleo funcional (quase sempre *Voice*), exploramos as consequências de tal situação. Chegamos à conclusão de que a variável permanecerá sem caso durante toda a derivação, o que, sendo um problema para PF, motiva sua incorporação ao domínio verbal via Deslocamento Local, aqui visto como um mecanismo possível para escapar ao filtro de caso (LEVIN, 2015).

Os vários contextos têm sua interpretação individual garantida devido a essa sucessão de interações ser desencadeada em estruturas sintáticas diversas. O que faz com que a realização superficial se dê de maneira idêntica é a existência de apenas um IV subespecificado o bastante para se encaixar em todos esses contextos. De modo geral, propomos que o *-r* é a realização *default* da anáfora em latim, com as variantes de *sê* sendo especificadas para caso. Outras línguas certamente terão seus próprios IVs com especificações vastamente diferentes, o que explica por que, mesmo sendo os mesmos contextos, nem sempre todos são uniformemente sincréticos translinguisticamente. Trabalhos futuros poderão explorar mais a fundo como se dá essa organização em diferentes línguas, trazendo mais contribuições à proposta.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, Artemis. Where is non-active morphology. *Proceedings of the 20th conference on Head-driven phrase structure grammar*, p. 244-262, 2013.
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. *Phases of interpretation*, v. 91, p. 187-211, 2006.
- BAKER, Mark C. *Incorporation: A theory of grammatical function changing*. 1988.
- CARVALHO, Janayna Maria da Rocha. *A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.
- EMBICK, David. Unaccusative syntax and verbal alternations. In: ANAGNOSTOPOULOU, Elena; ALEXIADOU, Artemis; EVERAERT, Martin (eds.). *The unaccusativity puzzle: Explorations of the syntax-lexicon interface*, Oxford University Press, p. 137-158, 2004.
- EMBICK, David. *The morpheme: A theoretical introduction*. Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2015.
- EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement operations after syntax. *Linguistic inquiry*, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.
- EMBICK, David; NOYER, Rolf. Distributed morphology and the syntax/ morphology interface. In: RAMCHAND, Gillian; REISS, Charles (eds.) *The Oxford handbook of linguistic interfaces*, p. 289-324, 2007.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Livraria Acadêmica, 1958.
- FOLLI, Raffaella; HARLEY, Heidi. Flavors of v. In: FOLLI, Raffaella; HARLEY, Heidi; KEMPCHINSKY, Paula; SLABAKOVA, Roumyana (eds.) *Aspectual inquiries*, p. 95-120. Springer, Dordrecht, 2005.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: BROMBERGER, Sylvain (ed.). *The View from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, p. 111-176, 1993.

- HARLEY, Heidi. Getting morphemes in order: Merger, affixation, and head movement. *Diagnosing syntax*, p. 44-74, 2011.
- HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: Evidence from nominalizations. *The lexicon-encyclopedia interface*, p. 349-374, 2000.
- HEINAT, Fredrik. Why phrases probe. *The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics*, v. 5, p. 33-63, 2005.
- HEINAT, Fredrik. Probes, pronouns, and binding in the minimalist program. *The Department of English in Lund: Working Papers in Linguistics*, v. 6, p. 19-37, 2006.
- HEINAT, Fredrik. Binding condition C and derivation by phase. *Manninen & Paradis*, 2002.
- KEMMER, Suzanne. *The middle voice*. John Benjamins Publishing, 1993.
- KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, Johan; ZARING, Laurie (eds.) *Phrase structure and the lexicon*, p. 109-137. Springer Science & Business Media, 1996.
- LAZZARINI-CYRINO, João Paulo. *O sincretismo passivo-reflexivo: um estudo translinguístico*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.
- LEVIN, Theodore Frank. Pseudo noun incorporation is M-Merger: evidence from Balinese. *LSA Annual Meeting Extended Abstracts*, p. 18-1-5, 2014.
- LEVIN, Theodore Frank. *Licensing without case*. PhD dissertation. MIT, 2015.
- MARANTZ, Alec. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 14, 1997.
- MASSAM, Diane. Pseudo noun incorporation in Niuean. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 19, n. 1, p. 153-197, 2001.
- NOYER, Rolf. *Features, Positions and Affixes in Autonomous Morphological Structure*. Garland Publishing, New York, 1997.
- ÖZTURK, Balkiz. Pseudo-incorporation of agents. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 11, n. 1, p. 17, 2005.
- PESETSKY, David Michael. *Zero syntax: Experiencers and cascades*. MIT press, 1996.
- PREMIGER, Omer. *Agreement as a fallible operation*. PhD dissertation, MIT, 2011.
- PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing arguments*. MIT press, 2008.
- SAAB, Andres. *Deconstructing Voice: The syntax and semantics of u-syncretism in Spanish*. 2020.
- SCHÄFER, Florian. *The syntax of (anti-) causatives: External arguments in change-of-state contexts*. John Benjamins Publishing, 2008.
- TRAVIS, Lisa de Mena. *Parameters and effects of word order variation*. PhD dissertation. MIT, 1984.
- XU, Zheng; ARONOFF, Mark; ANSHEN, Frank. Deponency in Latin. *Proceedings of the British Academy*. Oxford University Press Inc., 2007.

Recebido: 13/10/2020

Aceito: 2/3/2021

Publicado: 8/3/2021